

Então, é interessante a gente ter a abertura desse banco da FIA, desde 96, só para todos terem uma ideia, 85% das crianças já foram localizadas em nosso estado. De 3.842 casos, 3.232 localizações nos últimos 25 anos. Tenho hoje, em nosso cadastro, 574 casos de desaparecidos, sendo que desses, 506 já atingiram a maior idade. A minha preocupação é justamente essa aqueles casos que a gente não conseguiu dar uma resposta com a localização.

Então, esse banco de dados tem que ser aproveitado, na sua íntegra. A gente tem casos de 25 anos que a gente consegue localizar. Então, é um banco de dados em que tem que ser preservadas essas informações e trabalhar. Ainda há pouco o governo federal fez uma campanha, em que a Dra. Ellen esteve presente nessa coleta do DNA. Então, é muito significativo, a gente ter esse banco. Desse 506, 68 são menores de 18 anos, inclusive, com casos de outros estados. Desse 68, 18 são de outros estados da Federação. Até porque, essa questão do desaparecimento ultrapassa o cenário estadual, municipal, federal, mundial. Essa questão é internacional.

A SRA. TIA JU - Conceda-me um aparte?  
O SR. LUIZ DE OLIVEIRA - Por favor.  
A SRA. TIA JU - Falando nesse sentido de ultrapassar fronteiras, só para corroborar, Será que a Anatel não poderia colaborar, no sentido de publicar as fotos dessas crianças nas contas de energia? Nas contas que circulam Brasil afora? Porque acho que seria uma forma, também.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Seria a ANE-EL.

A SRA. TIA JU - Ah, é, mas como ela ultrapassa fronteiras, como ele bem trouxe aqui, seria interessante.

O SR. LUIZ DE OLIVEIRA - Um dado interessante é que 84% desse banco de dados, com crianças localizadas e desaparecidas, está na Região Metropolitana do Estado; 84%, quando são localizados, mostram-se na Região Metropolitana.

E o que a Dra. Ellen colocou também, que é o tipo, as situações, são bem claras que são da ordem social. São situações de conflitos com vários fatores que acaba a criança, o adolescente, não desconsiderando os outros 15%, que a gente não conseguiu localizar. São várias situações enigmáticas, destacando-se o caso das três crianças de Belford Roxo.

Mas, informar a esta Comissão que a FIA, quando tomou ciência, no segundo dia do desaparecimento das crianças, eu pessoalmente fiz os cartazes dessas crianças e nós disparamos um alerta. O nosso sistema, Deputado, ele tem um filtro que já cai dentro do Ministério Público, tanto Estadual e Federal, a gente já solta um alerta, claro, com restrições, até porque temos que conservar as informações porque crianças e adolescentes - é protegido por lei - é federal.

Então a gente, é preciso ter esse sistema, uma integração, que a gente já podia fazer com a Dra. Ellen, de disparar esse alerta também para a delegacia, com a foto e com alguns dados que a gente acha interessante na questão da divulgação.

Mas, esse caso dos meninos de Belford Roxo, a FIA estartou uma campanha nacional de divulgação, além de também dar o atendimento psicossocial a essas famílias, com a participação do CRAS, do CRES da região de Belford Roxo e estamos acompanhando a todo momento, em parceria com o Dr. Uriel.

Então, a gente já faz parte, chamando atenção, claro, dos três casos, e chamou muito a atenção do Brasil todo. Mas, são crianças que tem que ser prioridade absoluta, conforme o Deputado Alexandre já vem pautando essa questão de desaparecimento, pautando outras violências.

Cresce muito em nosso Estado também, Deputada, a questão da violência intrafamiliar, que precisamos ter uma política de prevenção, em como evitar. A pandemia aumentou. Só para o senhor ter a ideia, de 2020 a 2021, a gente teve 238; desses 238, 207 já foram localizados. Em todos esses relatos, após a localização, que tem um trabalho também de acompanhamento dessas famílias, a gente identificou que faltava uma comunicação melhor entre as partes da família.

Então é preciso também avançar junto às escolas, Conselhos Tutelares que acompanham essas famílias, mas dizer que a FIA está atenta. A FIA, hoje, além de formular política e de promoção de mídia e alta complexidade, a FIA vem dando uma resposta positiva. Inclusive essa participação dessas famílias, a criação inclusive das Mães Virtuosas. A FIA sempre se fez presente, porque acho que um espaço legítimo e democrático dessas famílias que precisam ser acompanhadas e ser atendidas imediatamente, com uma responsabilidade social do Estado. É importante a gente não só dar 85%, a gente pode aumentar esse percentual, cruzando nosso banco de dados com alguns organismos do próprio Estado, como o SERASA. A Dra. Ellen sabe fazer muito bem isso, com os hospitais, com os abrigos - então é preciso a gente integrar esse banco de dados sim da FIA com outras instituições.

Só para terminar, há pouco cruzamos nossos dados com a Secretaria Estadual de Educação e encontramos quatro casos. Infelizmente, tinha um que estava no Sistema Penal, estudando numa escola, mas que já estava em condicional, mas a gente conseguiu concluir. E os outros três casos a família não voltou, na própria delegacia, para dar a conclusão do caso e a gente teve que fazer esse trabalho inverso.

Tem essa questão também desse banco, que a gente tem que estar a todo momento movimentando, porque há de se entender que nesse momento de procura e de ajuda a esses familiares, a gente precisa entender a dificuldade. Não só de telefonia, outras coisas que a gente precisa aqui; as famílias já colocam muito essa questão da licença, de algum benefício que elas possam ter direito. Deputada, o benefício que essas famílias possam ter também nesse período de desaparecimento. Muitas delas perdem o emprego e não têm nem o dinheiro para se movimentar. E a gente precisa enfrentar.

Mas, a FIA está aqui disponível. Vamos acompanhar todo o final dessa conclusão. Faço questão de, semanalmente, estar aqui para ouvir e para aprender. A gente tem que fazer essas parcerias, sim, com outras ações. Não só a empresa de telecomunicações, outras empresas que possam abraçar espaço da veiculação das imagens. A gente pode fazer um PL nesse sentido também, que possa ajudar essas outras empresas, criando um selo "amigo da criança", "amigo do nosso estado". A Abriq tem muito essa coisa do selo.

Então muito obrigado, Deputado.  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A gente vai ter a oportunidade, mais à frente, de ter uma Audiência só com relação à FIA.

É importante só deixar claro, Sr. Luiz, que essa Lei do Alerta Pri, cita a Delegacia de Descoberta de Paraleiros com as operadoras. Se a gente começar a botar outros órgãos que não estão descritos na lei, além da gente não estar cumprindo - a não ser que a gente altere a lei - mas não estar cumprindo de fato a lei, a gente vai criar uma confusão enorme, porque para as operadoras já está difícil entender como funciona o troço.

Então, eu acho que a FIA vai ser ouvida, num primeiro momento, no grupo de trabalho, para eles entenderem qual é a dinâmica de um desaparecimento e tudo o mais. Num momento oportuno, nessa CPI, a gente vai conversar com a FIA, e aí chamar outras que a FIA ache interessante, para conversarmos de outras soluções que atendam isso.

A gente só precisa dar uma acelerada, porque daqui a pouco a gente começa a Sessão Plenária.

Vou pedir à Dra. Ellen para usar a palavra e para fazer as respostas que a Deputada Renata ...

A SRA. ELLEN SOUTO - O cadastro foi protocolado do DGTIT, em janeiro de 2019. Inicialmente não foi à frente por questões orçamentárias. Então a questão que impede atualmente é orçamentário e me parece que o DGTIT teve que ser reformulado. Então, é uma questão interna corporis mesmo, mas de caráter orçamentário e efetivo para implementar. Eu até já levantei quanto ficaria, não é tão caro assim para o Estado, mas, num primeiro momento, foi esse o problema do Cadastro. Na verdade, todos os esforços foram direcionados para o processo eletrônico e o Cadastro foi deixado de lado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A gente tem até informação, Deputada, que esse cadastro ficaria em torno de R\$ 300 mil, se não me engano.

A SRA. ELLEN SOUTO - É irrisório para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Irrisório para o Estado. No decorrer, a gente conversa entre nós da Comissão, até pedindo auxílio da presidência desta Casa, como a gente já está discutindo a LDO agora, para que a gente já bote na LDO essa questão.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Já incluir no Orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E não passe mais por esse problema.

Por favor, delegada.

A SRA. ELLEN SOUTO - O Cadastro não é direcionado apenas à criança e adolescente. É um Cadastro de todas as pessoas desaparecidas. Nós centralizaríamos toda a informação de todos os desaparecidos no Estado, até mesmo para formular políticas estaduais. Então, teríamos um controle, um panorama de todo o fenômeno do Estado inteiro, porque a DDPA tem atribuição só para o município do Rio de Janeiro.

Eu vou explicar, de forma rápida, aqui como é que funciona o desaparecimento no estado do Rio de Janeiro, para vocês entenderem: qualquer cidadão pode fazer um registro nas delegacias distritais. Então uma pessoa desapareceu em Botafogo, a família vai lá na 10ª DP, faz seu registro. Ou a família pode ir direto na DDPA fazer registro, que tem plantão. É facultado ao cidadão. Como a DDPA é na cidade da Polícia, lá é um lugar de acesso difícil, faltou-se ao cidadão fazer o registro nas distritais. As distritais, no Município do Rio, só fazem o registro só fazem o registro e remetem para a DDPA. Então, as distritais só fazem registro, não fazem mais nada, remetem para a DDPA, centraliza-se tudo na DDPA.

Como funciona na Baixada Fluminense? Os meninos de Belford Roxo? Na Baixada Fluminense não existe delegacia; existe um projeto, uma intenção do governo do Estado e do secretário de Polícia de criar uma delegacia, me parece que estão aguardando questões orçamentárias também. Eu participei do projeto, ela funcionaria no antigo prédio da Polícia mesmo, eu fui lá várias vezes. O projeto está todo pronto do ponto de vista estrutural, nós sabemos onde será, quem financiaria o projeto seria a Prefeitura de São João de Meriti. Eles entrariam com a obra, enfim.

Mas, mais uma vez, o grande problema da Polícia Civil é o efetivo. Nosso grande problema é esse, entendeu? Seria mais uma delegacia a ser criada, sem efetivo para ser colocado. E que é o meu grande problema na minha delegacia: é o efetivo. O efetivo é muito escasso, as delegacias estão com o efetivo muito reduzido. A gente tem que se virar.

O projeto da delegacia, me parece, que parou por conta da questão do concurso público. Foi uma promessa do governador, inclusive, naquele Dia no Palácio, de que tão logo entrassem os novos inspetores, investigadores e oficiais de cartório, ele cumpriria a promessa de criar a Delegacia.

Então, a criação da Delegacia, o projeto está todo pronto. Nós temos o espaço físico, tudo pronto, ela vai ser nos moldes da DDPA porque a DDPA foi um projeto piloto e, caso desse certo, como deu, se replicaria na Baixada Fluminense, em Niterói e São Gonçalo. Então, o projeto está todo pronto, dependendo única e exclusivamente da entrada dos novos policiais civis. Parece que vai ter concurso no final do ano.

Como é que funciona na Baixada Fluminense? Existe o setor de descoberta de paraleiros, o Dr. Uriel veio aqui, que funciona dentro das divisões de Homicídios.

Então, os meninos de Belford Roxo, o RO deve ter sido feito na 54. As distritais da Baixada, da mesma maneira fazem os ROs e remetem para as Delegacias de Homicídios. Como é em Niterói e São Gonçalo? A mesma coisa. A 74 faz o RO, remete para o setor de Descoberta de Paraleiros das Delegacias de Homicídios de Niterói e São Gonçalo. O Interior, ele fica com o Desaparecimento até o final, não se remete a lugar nenhum.

Então, na Região Metropolitana, fica centralizado entre DDPA, Homicídios da Baixada Fluminense e Niterói e São Gonçalo.

O trato com a Homicídios é mais fácil, porque nós somos todos do mesmo Departamento e são apenas dois delegados. E como centraliza neles, eu vou ter a ciência mais fácil para dar o alerta. O grande questionamento é o interior, mas o número de desaparecimento no interior, graças a Deus, é bem pequeno. E de crianças, menor ainda. Então essa é a dinâmica do desaparecimento no Estado do Rio de Janeiro.

Como nós estamos com essa questão interna corporis dos desaparecimentos dos outros, que não sejam da atribuição a DDPA, me parece fundamental para que o Cadastro, que o Alerta seja implementado, que a FIA entre como um parceiro, porque não que ela vá dar o alerta, o alerta é atribuição da DDPA. Mas, talvez essa comunicação da ciência dos registros, porque eles ficam sabendo do desaparecimento lá em Petrópolis, na Baixada, porque as famílias procuram. É uma cultura. A família vai a uma delegacia e vai na FIA. Às vezes vai na FIA e nem vai na delegacia.

Só podemos dar o alerta com o Registro de Ocorrência, que precisamos estar blindados, inclusive precisamos de autorização dos familiares para divulgação da imagem - essa é uma outra questão; eu só divulgo imagem com autorização dos familiares - a FIA torna-se um parceiro, vamos dizer, é uma questão nossa, um parceiro importante nessa informação do desaparecimento dos outros, de locais que extrapolem a atribuição da DPPA, que extrapole município. O que é no município é meu, eu sei, vai chegar para mim, vou saber. Isso não é problema. A grande questão são os outros. Enquanto não tem o Cadastro, Deputado, que seria, se já existisse lá desde 2019, isso tudo seria muito facilitado. Mas, enquanto não tem, a FIA se torna um importante parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Na verdade, Dra., o que estou colocando é que a questão da FIA e da Delegacia de Descoberta de Paraleiros é uma questão que vai ser tratada dentro do Poder Executivo.

Eu não quero é repassar essa questão para as operadoras.  
A SRA. ELLEN SOUTO - Não, não tem nada a ver com a operadora.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - As operadoras, elas têm só que receber a mensagem. Se chegou a imagem, é porque os pais autorizaram para a Delegacia de Descoberta de Paraleiros ou para a FIA. Porque se a gente repassar essas questões para as operadoras, elas vão começar a ter um monte de insegurança jurídica. Mas cadê a autorização dos pais? Não chegou! Nisso o tempo vai passando.

O que a gente tem que criar aqui nesse processo, é que quando chegar a informação para a operadora, só sabe a ela disparar. Não é?

A SRA. ELLEN SOUTO - Isso não tenha dúvida. Tem que chegar a informação com todos os requisitos cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Daniel Librelon quer a palavra.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Só quero fazer uma observação com a delegada. Ela colocou a respeito da Baixada Fluminense. Não posso deixar aqui de frisar um feito que aconteceu, em Japeri, pela Dra. Fernanda, que é a prefeita do município.

Ela inaugurou um núcleo de apoio. De acordo os levantamentos que fiz, foi na primeira semana de Maio, é o primeiro núcleo de apoio à familiares, através do apoio jurídico, psicológico e também de assistência social, à familiares de pessoas desaparecidas. Então, hoje, na Baixada Fluminense, em Japeri, já existe um núcleo que foi feito no mês passado, ele já está em andamento e desenvolvimento.

Inclusive, fiz uma indicação ao governo do Estado justamente sabendo, nessa magnitude que existe no desaparecimento da Baixada Fluminense, que são cidades que o que divide são ruas, então é uma dificuldade muito grande de você estar recebendo familiares numa Delegacia de Homicídios. Diante dos dados que existem, fiz essa indicação, conheci a pessoa da Luciene, na cidade de Nova Iguaçu, numa Audiência, a qual eu estava presidindo - porque também sou presidente da Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas aqui da Casa -, a tive o prazer de conhecê-la e a história.

Quero até fazer uma correção aqui, eu falei que era uma frente parlamentar, na realidade não é uma frente parlamentar, é uma Comissão Especial que instalei nesta Casa, justamente para tratar desses assuntos e trazer pessoas que vivem de uma forma específica nesse assunto. Eu sei que a Delegacia tem várias outras atribuições. Quando o presidente, o Deputado Alexandre Knoploch colocou de ser a FIA esse braço, até porque eles trabalham debruçadamente nesse assunto, eu acredito que vai somar muita força.

E a Baixada Fluminense, eu coloco como esse critério desse olhar bem diferenciado, devido à demanda, que é uma demanda bem elevada no estado do Rio de Janeiro e o suporte. Inclusive, o delegado que esteve na primeira Sessão, ele mencionou isso. E hoje ele faz a gestão de dezenove delegacias. E hoje o corpo efetivo da delegacia dele é de seis pessoas.

A SRA. ELLEN SOUTO - Esse é o maior problema.

O SR. DANNIEL LIBRELON - A própria Sra. Jovita Belfort, que ela colocou, na primeira Audiência, que a maior dificuldade era quando havia uma informação de uma localidade, os pais dos familiares deveriam ir à Delegacia, e esse traslado, esse deslocamento quem faz são os policiais. Então quando você pega uma situação, já não tem o efetivo completo para fazer todo esse processo, e ainda vai desguarnecendo a Delegacia, para fazer isso!

Eu também protocolei nesta Casa um projeto, o Cartão Seguro. Assim, as mães e os familiares possam ter hospedagem, transporte, alimentação, porque, uma vez recebendo informação, de imediato, eles não dependem de ninguém. A partir do momento em que houver um cadastro, eles vão ter recursos, bancado pelo governo, de uma forma bem singela, que assim eles possam sanar essa situação que vem dilacerando famílias no Estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense.

A SRA. ELLEN SOUTO - É uma realidade. A Delegacia fica no Jacaré e nós pegamos os desaparecimentos de pessoas na Zona Oeste, Santa Cruz e Campo Grande. As pessoas não têm dinheiro para ir à Delegacia.

Quando tem uma mãe que tem que ser ouvida na Baixada Fluminense, também não têm dinheiro. Então, o que a gente faz? Eles já têm a carência de efetivo, a gente vai até à Delegacia próxima a eles - 36 DP Santa Cruz - e ouve na Delegacia Distrital, para que facilite, de alguma maneira, e a gente consiga evoluir na investigação. A gente vai adaptando de acordo com a realidade. A realidade de pessoas que não têm dinheiro.

Nós temos uma parceria com a Cruz Vermelha no atendimento psicológico a famílias de pessoas desaparecidas e, às vezes, aos próprios desaparecidos localizados. O nosso maior problema é o dinheiro. Eles não têm dinheiro para ir à Cruz Vermelha para serem atendidos.

É um grande problema que a gente vê no dia a dia. A gente enfrenta. Não tem dinheiro, então, a gente vai se adaptando, para poder a investigação andar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigada, Dra. Helen.

Bom, a gente está chegando ao final. Eu queria agradecer ao Dr. Rodrigo, da Anatel, que veio aqui colocar a posição da Anatel. Obrigado, Dr. Rodrigo. Agradeço aqui, em nome da Alerj, ao presidente, o Sr. Leonardo Euler, por ter nos enviado esse Ofício, de grande valia.

Agradeço também à Conexis por ter cumprido o que se comprometeu de ter mandado, um plano de trabalho. Acho que a gente aperfeiçoou aqui, melhorou algumas condições importantes, no dia de hoje. A gente vai poder falar, ao longo dessa semana, através de ofícios e comunicação, pela Secretaria da Comissão. Agradecer a todos da Conexis.

Agradecer à Dra. Ellen pela disponibilidade, mais uma vez. Sr. Luiz, a gente vai fazer uma Audiência só com a FIA. E, principalmente, com relação à mães. Parabenizar o Deputado Daniel Librelon, nosso Relator, pelo projeto. Isso é uma situação que as mães tinham colocado. E será aprovado com brevidade, pode contar com o meu apoio. Mais uma vez, não tem amor maior do que de mãe. Realmente são elas que param tudo para buscar os seus filhos.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta Reunião.

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS CASOS DE DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RESOLUÇÃO Nº 379/2021)

##### \* ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dez horas e treze minutos, na sala número trinta e onze do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 379/2021, para a realização da 1ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Senhor Deputado Alexandre Knoploch, e com as presenças dos Senhores Deputados, Renata Souza - Vice-Presidente, Daniel Librelon - Relator e Lucinha, membros efetivos da Comissão convocados conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia onze de junho passado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início à sessão, informando aos seus pares que o objetivo da presente reunião seria ouvir os Senhores convocados das Empresas Operadoras de Telefonia, aqui representada pelo Dr. Guilherme Salles, Gerente Jurídico da Empresa Conexis; Dr. Ricardo Mascarenhas, Gerente de Relações Institucionais da Vivo; Dr. Cleber Rodrigo Affanio, Gerente Institucional da TIM; Dra. Luanne Batista, Gerente Institucional da Claro; Dr. Helton Possetti, Presidente Institucional da Oi; e os convidados, Dr. Uriel Machado, Delegado Titular da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense - DHBF; Dr. Rodrigo Azambuja, Defensor Público, Coordenador da Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Sr. André Luiz Souza Cruz, Gestor do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público; Sr. Luiz Henrique Oliveira, Coordenador do Programa Desaparecidos da Fundação da Infância e Adolescentes - FIA, e Senhora Jovita Belfort, Superintendente Estadual de Prevenção e Enfrentamento das Pessoas Desaparecidas. Em seguida, o Senhor Presidente fez um breve preâmbulo de como se originou a Comissão, sobre a pluralidade da sua composição e iniciou fazendo alguns questionamentos para o Dr. Guilherme Salles. Em continuidade, o Dr. Guilherme Salles esclareceu os questionamentos levantados pelo Senhor Presidente, que passou a palavra para a Deputada Renata Souza. A Vice-Presidente cumprimentou a todos os presentes, ressaltou a importância da proposição da CPI e iniciou suas perguntas ao Dr. Guilherme Salles que agradeceu a oportunidade de responder e esclarecer mais sobre o tema. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra para a Deputada Lucinha, que enalteceu em sua fala a importância do papel dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, explicitando o dever das Operadoras em respeitarem e acatarem a Lei Nº 9182 de 2021. Em prosseguimento, o Deputado Alexandre Knoploch passou a palavra para o Relator, Deputado Daniel Librelon, que fez sua explanação inicial colocando que pretende ouvir os demais presentes para posteriormente fazer suas colocações. Assim sendo, o Senhor Presidente questionou se os Senhores, Dra. Luanne Batista, Dr. Cleber Rodrigo Affanio e Dr. Ricardo Mascarenhas, gostariam de complementar em algo mais a fala do representante da Empresa Conexis. Com a palavra, o Dr. Cleber Rodrigo Affanio, discorreu como se deu sua carreira de 22 anos na Operadora TIM e falou sobre os aspectos técnicos da lei e da complexidade do tema em questão. Após amplo debate, o Senhor Presidente propôs aos seus pares que as Operadoras fizessem um grupo de trabalho e elaborassem uma proposta, com data e prazo, a ser apresentada na próxima semana, para que comecem a cumprir o que determina a Lei referente ao "Alerta Pri", bem como a convocação de representante da Anatel para uma próxima reunião da Comissão. Colocada as propostas em discussão e votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade dos membros presente na reunião. Continuando, o Deputado Alexandre Knoploch agradeceu a participação de todos que vieram representando as Operadoras de Telefonia e passou a palavra para os demais convidados, o servidor Sr. André Luiz Souza Cruz, Sr.ª Jovita Belfort, Dr. Uriel Machado e do Dr. Rodrigo Azambuja. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, agradeceu a presença de todos os participantes e nada mais havendo a tratar, suspendeu a